PORTARIA Nº 568/2023, DE 28 DE ABRIL DE 2023.

Dispõe sobre a criação do Grupo de Trabalho para monitoramento do Sistema Integrado de Gestão do Atendimento da Defensoria Pública do Estado da Bahia - SIGAD.

Art. 1º - Fica criado o Grupo de Trabalho para Monitoramento do Sistema Integrado de Gestão do Atendimento da Defensoria Pública do Estado da Bahia - SIGAD, com o objetivo de monitorar o desempenho, o funcionamento e contribuir na construção de estratégias visando o uso adequado do sistema.

Art. 2º - O Grupo de Trabalho será composto pelos seguintes membros:

I. Claudio Piansky Mascarenhas Gutemberg da Costa - Defensor Público;

II. Cristina Ulm Ferreira Araújo - Defensora Pública;

III. Eduardo Stoppa Correia Dantas - Defensor Público;

IV. Fabiana Almeida Miranda - Defensora Pública;

V. Gil Braga de Castro Silva - Defensor Público;

VI. José Victor Ferreira Lima Ataíde - Defensor Público;

VII. Josefina Marques de Mattos Moreira - Defensora Pública;

VIII. Juarez Angelin Martins - Defensor Público;

IX. Karen Harumi Ariyoshi - Defensora Pública;

X. Luiz Carlos de Assis Júnior - Defensor Público;

XI. Maria Carmen de Albuquerque Novaes - Defensora Pública;

XII. Murillo Manoel Rocha Bahia Menezes - Defensor Público;

XIII. Pedro de Souza Fialho - Defensor Público;

XIV. Rebeca Sampaio Lima e Silva - Defensora Pública;

XV. Ricardo Cláudio Carillo Sá - Defensor Público;

XVI. Samira de Souza Palaoro - Defensora Pública;

XVII. Valéria Teixeira Sousa - Defensora Pública.

§ 1º - A Coordenação de Modernização e Informática indicará representantes para participar das reuniões do Grupo de Trabalho a fim de auxiliar os membros nas questões técnicas relativas ao funcionamento do sistema.

§ 2º - O mandato dos membros do Grupo de Trabalho será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado pelo mesmo período a critério da Defensoria Pública-Geral

Art. 3º - A Defensoria Pública-Geral indicará um membro para coordenar as atividades do Grupo de Trabalho e este será responsável pelas seguintes atribuições:

I - Convocar e presidir as reuniões do Grupo de Trabalho;

II - Aprovar a pauta e submeter ao Grupo de Trabalho a ata da reunião para fins de aprovação;

III - Planejar e gerir as atividades do Grupo de Trabalho;

IV - Acompanhar o desenvolvimento das atividades e controle do cumprimento dos prazos estabelecidos;

V - Comunicar os setores envolvidos com o regular funcionamento do sistema sobre possíveis mudanças para acompanhar as orientações surgidas no âmbito do Grupo de Trabalho;

VI - Prestar contas dos resultados alcançados.

Parágrafo único - O mandato do Coordenador do Grupo de Trabalho será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado pelo mesmo período a critério da Defensoria Pública-Geral.

Art. 4º - Compete ao Grupo de Trabalho para Monitoramento do Sistema Integrado de Gestão do Atendimento da Defensoria Pública do Estado da Bahia - SIGAD:

I - Monitorar o desempenho e o funcionamento adequado do Sistema Integrado de Gestão do Atendimento da Defensoria Pública do Estado da Bahia - SIGAD, verificando a ocorrência de eventuais falhas, erros ou problemas;

II - Realizar análise dos dados do sistema para identificar possíveis melhorias e atualizações necessárias, zelando pelo respeito a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e demais normas de proteção de dados;

III - Apresentar relatórios periódicos sobre o funcionamento do sistema e as ações realizadas pelo Grupo de Trabalho;

IV - Acompanhar os procedimentos de integração entre o Sistema Integrado de Gestão do Atendimento da Defensoria Pública do Estado da Bahia - SIGAD e os demais sistemas utilizados por outros órgãos, a exemplo do Processo Judicial Eletrônico - PJE, apoiando na realização dos testes necessários para fins de validação da integração;

V - Acompanhar os procedimentos de integração entre os dados coletados no sistema e o relatório da Corregedoria da Defensoria Pública da Bahia, apoiando na realização dos testes necessários para fins de validação desta integração;

VI - Estabelecer canal de comunicação com os usuários do Sistema Integrado de Gestão do Atendimento da Defensoria Pública do Estado da Bahia - SIGAD para o recebimento de críticas e sugestões;

VII - Analisar críticas e sugestões dos usuários, avaliando sobre requisitos, regras de negócio e possíveis mudanças, visando o aprimoramento do sistema, além de realizar os testes necessários para fins de validação;

VIII - Deliberar sobre a solicitação de urgência em relação a demanda encaminhada ao Grupo de Trabalho.

Parágrafo único - Qualquer alteração que venha a impactar na coleta de informações para fins de dados estatísticos no sistema, deverá ser submetida à deliberação da Corregedoria da Defensoria Pública do Estado da Bahia.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Defensoria Pública Geral, em 28 de abril de 2023.

FIRMIANE VENÂNCIO DO CARMO SOUZA

Defensora Pública Geral